



América Latina em um mundo atravessado por múltiplas crises: breve contextualização do tempo presente*

*Latin America in a world crossed by multiple crises:
brief contextualization of the present time*

Claudete de Castro Silva Vitte

Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do CNPq.

Resumo

O artigo analisou alguns impactos das transformações recentes da economia internacional e da geopolítica global sobre a região América Latina e Caribe. Também apontou alguns dos principais desafios que a região deve enfrentar, agravados pela inesperada pandemia de Covid 19. O artigo está dividido em quatro partes: na primeira parte foi discutido o cenário sul-americano no século XXI após o chamado superciclo das commodities e da chamada Onda Rosa, os desafios econômicos a serem enfrentados pelos países da região e algumas recomendações de agências multilaterais. Na segunda parte foi feita a reflexão crítica sobre o atual modelo de desenvolvimento hegemônico na América do Sul, o chamado o neoextrativismo e algumas das principais implicações socio territoriais. Na terceira parte foi mostrado como o atual cenário de crise econômica e política reforça uma crise social, resultando em mudanças na ideia de (in)segurança, sendo enumerados os fatores de riscos e sua vinculação com o modelo econômico vigente. A quarta parte tratou das transformações políticas na América do Sul, destacando a erosão das iniciativas de integração regional, a crescente desconfiança na democracia e a irrelevância da região no cenário internacional. Nas considerações finais foram feitos alguns questionamentos sobre a viabilidade da região superar seus desafios e buscar ter relevância no cenário internacional.

Palavras-chave: América Latina, Crise, Integração regional, Geopolítica, Neoextrativismo.

Abstract

The article analyzed some impacts of recent transformations in the international economy and global geopolitics on the Latin American and Caribbean region. It also pointed out some of the main challenges that the region must face, aggravated by the unexpected Covid 19 pandemic. The article is divided in four parts: the first part discussed the South American scenario in the 21st century after the so-called commodities super cycle and the so-called Pink Wave, the economic challenges to be faced by the countries in the region, and some recommendations from multilateral agencies. In the second part a critical reflection was made on the current hegemonic development model in South America, the so-called neo-extractivism and some of its main socio-territorial implications. The third part showed how the current scenario of economic and political crisis reinforces a social crisis, resulting in changes in the idea of (in)security, enumerating the risk factors and their link to the current economic model. The fourth part dealt with political transformations in South America, highlighting the erosion of regional integration initiatives, the growing distrust of democracy, and the irrelevance of the region in the international arena. In the final considerations, some questions were raised about the viability of the region overcoming its challenges and seeking relevance in the international arena.

Keywords: Latin America, Crisis, Regional integration, Geopolitics, Neo-extractivism.

* Recebido para Publicação 01/05/2022. Aprovado para Publicação em 12/09/2022.

DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.7235910>





Introdução

Na terceira década do século XXI, o cenário latino-americano e caribenho permanece complexo. O período de estabilização econômica observado na primeira década do século XXI foi fortemente associado a um aprofundamento da integração regional no subcontinente. Contudo, nos últimos anos tem sido assinalado por alguns estudiosos o fim de uma era de “bonança” econômica que deve ser relacionado com entraves mais agudos para a integração regional do que nas etapas anteriores ocorridas na região.

Nas relações internacionais, sempre dinâmicas, o atual quadro internacional não seria excepcional se não estivéssemos vivenciando a pandemia de Covid-19 que se expandiu mundo afora desde 2020, tornando o contexto ainda mais complexo.

Neste trabalho, o nosso propósito foi analisar alguns impactos das transformações recentes na economia internacional e na geopolítica global sobre a região América Latina e Caribe, a partir do enfoque na escala global ou do sistema-mundo¹ e que se desdobram sobre escalas mais locais. Procuramos também apontar alguns dos principais desafios que a região deve enfrentar, considerando discussões sobre os desdobramentos da crise capitalista de 2008 e a inesperada pandemia de Covid-19, desde o final de 2019, sublinhando que a América do Sul foi o recorte privilegiado neste estudo.

Assim, consideramos oportuna a discussão dos impactos da economia internacional na região, em contexto de mudanças políticas e geopolíticas. Visamos, assim, contribuir no entendimento sobre o papel da América Latina e Caribe na contemporaneidade, traçando, a partir de bibliografia selecionada, um quadro diagnóstico sobre a situação da região no mundo.

A despeito da pandemia de Covid 19 e seu impacto no planeta, na atualidade, tem havido um recrudescimento geopolítico em nível internacional, especialmente após as eleições de Donald Trump nos EUA em 2017 e que não se atenuou com as eleições de Joe Biden em 2020, no que diz respeito à ascensão chinesa, com muitos desafios para a ação internacional e para os países da América Latina e Caribe.

Internamente ao subcontinente América Latina e Caribe tem havido indefinições e mudanças, especialmente no cenário político, com o encerramento de uma fase, a chamada *Onda Rosa*², com eleições

¹ Peter Taylor e Colin Flint (2002) advogam que a escala do sistema-mundo é aquela dos eventos cruciais, que estruturam a vida e que ocorrem na escala global. É, segundo os autores, a escala definitiva da acumulação, aquela que move todo o sistema, de forma que um único processo se manifesta em três escalas (local, nacional e global). Ela é entendida como a escala da realidade por configurar o senso de totalidade do sistema: a acumulação capitalista é o motor do sistema e opera por meio dos mercados globais. Assim, há uma arena do sistema-mundo, da economia-mundo, que afeta a vida local (TAYLOR; FLINT, 2002).

² “A partir do fim da década de 1990 a América do Sul passou a vivenciar a ascensão ao poder de partidos de esquerda por meio do jogo democrático. No ano de 1998, Hugo Chávez subiu ao poder na Venezuela, em 2000 Ricardo Lagos foi eleito no Chile, em 2003 Lula chegou ao poder no Brasil, e o mesmo ocorreu com Néstor Kirchner na Argentina, em 2004 Tabaré Vázquez foi eleito no Uruguai, em 2005 Evo Morales foi eleito na Bolívia, em 2006 Rafael Corrêa ganhou as eleições no Equador, em 2008 Fernando Lugo ascendeu ao poder no Paraguai, dentre outros casos.[...] As características comuns dos novos governos – “defesa de políticas de inclusão social ampla”, “rejeição total ou parcial das experiências neoliberais”, “atuação internacional que buscava maior





presidenciais em alguns países com outras orientações políticas, especialmente de um espectro mais à direita do campo político, ainda que processos eleitorais esperados para 2021/2022 possam resultar na eleição de candidatos do chamado campo progressista em importantes países, especialmente da América do Sul. Contudo, há incertezas e alguma desesperança.

Também é incerto o futuro das organizações regionais na América Latina e Caribe, mesmo porque muitas delas têm apresentado dificuldades na adoção de posicionamentos coletivos em diversos assuntos, situação que tem gerado em quase todas elas uma paralisia, que se soma à vulnerabilidade econômica crescente dos países da região, com flutuações dos preços de *commodities* e matérias primas, carros-chefes das exportações regionais, o que influi nas dinâmicas político econômicas e aprofunda a crise de financiamento estatal (SERBIN, 2018).

São fortes os indícios de que estamos vivenciando um ponto de inflexão e de mudança de ciclo do sistema internacional contemporâneo e da globalização em curso, o que certamente trará implicações para a América Latina e Caribe, em uma combinação de fatores de “alta incidencia en el tablero mundial y [que] se traducen en procesos de cambio y replanteamiento de antiguas perspectivas” (SERBIN, 2018).

A América do Sul após o *superciclo* das *commodities* e da Onda Rosa: desafios econômicos

5

Na América Latina e Caribe a primeira década do atual século foi marcada por fortes exportações de *commodities* e matérias-primas, em um contexto denominado de “Década da Bonança”, ocorrido entre 2004-2013, um período favorável, graças às boas condições econômicas externas e às algumas políticas públicas de alcance social que contribuíram para mudanças sociais.

Contudo, desde 2014 a região vem mostrando desaceleração crescente, ocasionada pela instabilidade com tendência de queda dos preços internacionais das *commodities* e concomitante desaceleração da economia mundial.

Se, entre 2003 e 2014, vários países latino-americanos e caribenhos especializados em exportações de produtos primários se beneficiaram com a chamada bonança dos preços dos produtos básicos, situação que melhorou os intercâmbios e levou a um crescimento de altas taxas, por outro lado, as economias destes países se reprimarizaram, não lograram melhorar a capacidade tecnológica e nem houve diversificação nas exportações, estratégias que auxiliariam na manutenção de bons índices de crescimento na finalização do superciclo de bens primários (CEPAL. *Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe*, 2018).

O ano de 2020 foi marcado por um terrível episódio, a pandemia de Covid-19. No documento *Estudo econômico da América Latina e Caribe: Principais condicionantes das políticas fiscal e monetária na era pós*

autonomia em relação a organismos internacionais” e “alternativas aos tradicionais parceiros político-econômicos” – e a sua grande abrangência levou o fenômeno inédito na região a ser chamado, por alguns analistas, de onda rosa”. ROCHA, Pedro Diniz; MACIEL, Heitor Cardoso e. Os desafios à Onda Rosa na segunda metade da década de 2010: uma análise do cenário político sul-americano, 28/03/2016. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2016/03/28/os-desafios-a-onda-rosa-na-segunda-metade-da-decada-de-2010-uma-analise-do-cenario-politico-sul-americano/>





pandemia de Covid-19, publicado pela CEPAL em 2020, é destacado que a crise desencadeada pela Covid-19 mundo afora, afetou especialmente a América Latina e Caribe, provocando maiores vulnerabilidades e contração econômica.

No aspecto social, a crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 também trouxe retrocessos, especialmente o crescimento da taxa de pobreza e o aumento da taxa de desocupação, vulnerabilidades que já se manifestavam antes mesmo da pandemia e que se acirraram com este episódio. O documento da CEPAL (2020) estima uma lenta recuperação, com mais uma década perdida em termos econômicos e quase uma década e meia em termos sociais.

O alastramento da pandemia de Covid-19 em nossa região evidenciou as fraquezas estruturais das economias latino-americanas e caribenhas, a despeito de alguns esforços nacionais. Também no âmbito social os impactos da pandemia foram ampliados pelas fragilidades dos sistemas de saúde, de proteção social e pela alta informalidade nos mercados de trabalho (CEPAL, 2020).

Outro diagnóstico revelador foi feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2021, intitulado *Perspectivas de la economía mundial: Manejar recuperaciones divergentes* que também traça um cenário global preocupante, ameaçado por numerosos riscos, com incertezas na trajetória da pandemia de Covid-19, envolvendo a vacinação pelo mundo, surgimento de novas cepas, duração da pandemia, entre outros aspectos (FMI, 2021).

O FMI no documento acima citado (FMI, 2021) enumera como principais fatores de risco: 1-) a recuperação (ou não) da pandemia; 2-) o endurecimento das condições financeiras no mundo; 3-) uma cicatrização da pandemia estendida (ou seja, que a crise conjuntural da pandemia se torne sistêmica); 4-) uma intensificação da agitação social, especialmente provocada por insegurança alimentar, com aumento de preços de alimentos; 5-) maior frequência de catástrofes naturais e 6-) riscos geopolíticos, comerciais e tecnológicos, com tensões entre os EUA e a China no comércio internacional, questões de propriedade intelectual e cibersegurança (FMI, 2021).

No documento da CEPAL acima mencionado (CEPAL, 2020) é retratado o aumento da insegurança alimentar, fenômeno ligado à pobreza, em contexto de aumento de preços e caída da renda familiar, alcançando 40,4% da população em 2020, um dado assustador para a região que é considerada um dos celeiros do mundo.

A CEPAL indica como os setores mais bem capacitados para dinamizar a economia para alavancar um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável: o desenvolvimento de *fontes energéticas renováveis não convencionais*, eletro mobilidade urbana, universalização da digitalização, investimentos em indústria farmacêutica, especialmente de vacinas, bioeconomia, economia do cuidado, economia circular e turismo sustentável (CEPAL, 2021).

São setores que podem ser dinamizados com políticas industriais e tecnológicas para geração de empregos de qualidade, inovação, diversificação de exportações, ações de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e esforços de cooperação regional (CEPAL, 2021).

Entre as recomendações, o FMI (2021) e a CEPAL (2020) sugerem fortemente que os países da região busquem a *cooperação internacional* como estratégia para atenuar os impactos da forte crise, além de





promover o combate às mudanças climáticas, investimentos em *infraestrutura verde* (eficiência energética, transporte verde); subsídios à pesquisa em tecnologias verdes (para descarbonização) e transferências focalizadas (para os mais pobres), recomendações bem diversas do atual modelo econômico vigente.

A CEPAL, por sua vez, considera que os principais desafios regionais a serem enfrentados são a construção de Estados de bem-estar social, o fortalecimento do desenvolvimento produtivo e a implementação de políticas para fomentar a sustentabilidade social. Observa-se, assim, uma nova roupagem ou novo receituário que remete ao aspecto basilar do pensamento cepalino, que é o *desenvolvimento econômico* como a chave da superação dos problemas do subcontinente (CEPAL, 2020), ainda que recomendado com distintas versões ao longo do século XX e XXI.

A América do Sul após o *superciclo das commodities* e da Onda Rosa: desafios econômicos

As proposições do FMI (2021) e da CEPAL (2020) acima indicadas pressupõem transformações no *modelo de desenvolvimento econômico* vigente no subcontinente, fortemente apoiado na especialização de exportações de bens primários com baixo valor agregado, com uma estrutura produtiva pouco eficiente e cada vez mais reprimarizada (DE LA CRUZ; DIEZ, 2021).

É importante salientar que há *um modelo de desenvolvimento* hegemônico que embasa as principais atividades econômicas na América Latina e Caribe, especialmente a agropecuária, a mineração e a exploração de hidrocarbonetos. Em consonância com Eduardo Gudynas (2012), consideramos o *(neo)extrativismo* o modelo vigente, cabendo discutir as implicações socio territoriais de sua adoção em um subcontinente que apresenta tendência a expandir as chamadas fronteiras agrícolas, pois conta com fundos territoriais e com propícias condições naturais para a produção agropecuária, mineração e exploração e hidrocarbonetos.

De fato, com outra roupagem, o modelo neoextrativista está presente na região desde a chegada dos europeus ao continente, no século XVI, quando implantaram um projeto imperialista que provocou o extermínio de grande parte dos povos originais e intensa degradação ambiental, sendo um modelo econômico que tem persistido até a atualidade, acompanhado de um quadro social de pobreza e violência, marcas das sociedades latino-americanas. Assim, o neoextrativismo é um *modelo de desenvolvimento* que mantém as bases do modelo agrário-exportador, sendo a sua adoção um dos focos dos problemas socioeconômicos ambientais da América Latina e Caribe³.

Segundo Eduardo Gudynas (2012), a denominação de extrativismo é pertinente “porque se trata da extração de enormes recursos naturais direcionados à exportação, como matéria-prima, sem grandes processamentos, e subordinados aos mercados globais, por meio de corporações multinacionais”. Porém,

³ Maristela Svampa argumenta que “largo de la historia han existido sucesivas generaciones de extractivismos, destacándose en la actualidad los extractivismos de tercera y cuarta generación, caracterizados por el uso intensivo de agua, energía y recursos. [...] El neoextractivismo progresista, de nuevo tipo, donde el Estado juega un papel mas activo em la captacion del excedente y la redistribucion, garantizando de ese modo cierto nivel de legitimacion social, aun si por supuesto se repiten los impactos sociales y ambientales negativos” (SVAMPA, 2019).





neoextrativismo é um designativo ainda mais pertinente porque a atividade foi rejuvenescida nos recentes governos progressistas, na chamada Onda Rosa, que “continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais” (GUDYNAS, 2012), ampliado por crescente demanda mundial de alimentos e outras *commodities*, levando à um uso intensificado de recursos naturais que resultam em processos de degradação ambiental, especialmente dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade, além de afetar negativamente o modo de vida e a produção que sustenta as populações camponesas e originárias, bem como a sociedade como um todo e que por isso gera conflitos socio territoriais.

A opção feita por diversos países da América Latina e Caribe pelo modelo neoextrativista, baseado na extração de enormes volumes de recursos naturais para exportações, em um subcontinente com um legado de destruição e de superexploração de recursos, gera controvérsias.

O neoextrativismo também foi adotado no século XXI pelos governos denominados de progressistas, na chamada Onda Rosa que, muitas vezes, utilizam-se de um discurso de minimização dos problemas e dos impactos socioambientais que sua adoção provoca, desconsiderando, também, muitas das demandas sociais que não se inserem em uma lógica de mercado capitalista global tentando combater as resistências, propondo, simplesmente, uma compensação financeira de perdas, quando muitas delas são irreparáveis, conforme argumenta Eduardo Gudynas (2012).

Assim, segundo Maristella Svampa (2019), “el neoextractivismo volvió a instalar con fuerza la *ilusion desarrollista*, expresada en la idea de que, gracias a las oportunidades brindadas por el nuevo auge de los *commodities* y mas aun del papel activo del Estado, seria posible lograr el desarrollo”. Assim, “el escenario latinoamericano fue mostrando no sólo un acoplamiento entre neoextractivismo, ilusión desarrollista y neoliberalismo [...], sino también entre neoextractivismo, ilusión desarrollista y gobiernos progressistas” (SVAMPA, 2019, sem grifo no original), resultando em uma complexificação das relações entre os chamados governos progressistas e os movimentos sociais e socioambientais, tanto no campo quanto na cidade. Como esclarece Maristella Svampa (2019),

el neoextractivismo es tambien un modelo sociopolitico-territorial, plausible de ser analizado a escala nacional, regional o local. [...] Otro rasgo mayor del neoextractivismo es el gigantismo o la gran escala de los emprendimientos, la cual nos advierte también sobre la envergadura de las inversiones, pues se trata de megaemprendimientos capital-intensivos, antes que trabajo-intensivos. Esto hace referencia al carácter de los actores intervinientes –en general, grandes corporaciones transnacionales– aunque por supuesto no están excluidas las llamadas translatinas [...]. El neoextractivismo presenta una determinada dinámica territorial cuya tendencia es la ocupacion intensiva del territorio y el acaparamiento de tierras, a traves de formas ligadas al monocultivo o monoproduccion, una de cuyas consecuencias es el desplazamiento de otras formas de produccion (economias locales/regionales), asi como de poblaciones. (SVAMPA, 2019)





Sendo um fenômeno pluridimensional e multiescalar, o neoextrativismo delinea “una geografía más compleja, la multiterritorialidad, con fuertes connotaciones rizomáticas, esto es, no jerarquizadas, ilustrados por territorios-red construídos desde abajo por los grupos subalternos” (SVAMPA, 2019).

Muitos estudos têm sido feitos para analisar o neoextrativismo, sobressaindo-se discussões sobre os impactos do modelo sobre o ambiente; os prejuízos para as populações, especialmente os camponeses e povos originários e a reprimarização da matriz produtiva, entre outras. Segundo Raúl Zibechi (2016), a maioria dos estudiosos compartilha a tese de que este modelo extrativo deve ser considerado como parte do processo da chamada *acumulação por despossessão* (ou *por despojo*, em espanhol), característica da fase financeira do capitalismo, conforme proposto por David Harvey (2004).

David Harvey (2004) assinala no livro *El nuevo imperialismo* que no século XXI a América Latina e Caribe reemergem como uma região de interesse na acumulação capitalista, em outra ordem de dominação, diferente do período colonial, levando a emergência de uma *acumulação por despossessão*⁴.

Assim, as características mencionadas por Marx na fase da acumulação primitiva, na gênese do capitalismo, têm sido mantidas até hoje na geografia histórica do capitalismo, com novos mecanismos de acumulação por meio de *despossessão*, tais como: os que desconsideram os direitos de propriedade intelectual, como a biopirataria; a mercantilização da natureza; a privatização de ativos até recentemente públicos, constituindo-se em um novo “cercamento dos espaços comuns”, em alusão aos *Enclosure Acts* do século XVI, com o Estado usando seu poder muitas vezes contra a vontade popular. Traz-se para cena, assim, com nova roupagem, o *velho* tema da luta de classes (HARVEY, 2004).

É nesta etapa capitalista, de *acumulação por despossessão*, que há maior difusão do neoextrativismo, um modelo de exploração de recursos naturais que tem consequências, especialmente os diversos impactos negativos sobre as reservas naturais e populações tradicionais. Maristella Svampa (2019) esclarece as principais atividades que compõem este modelo:

el neoextractivismo designa algo más que las actividades consideradas tradicionalmente como extractivas, pues incluye desde la megaminería a cielo abierto, la expansión de la frontera petroleira y energética, la construcción de grandes represas hidroeléctricas y otras obras de infraestructura –hidrovías, puertos, corredores bioceánicos, entre otros–, hasta la expansión de diferentes formas de monocultivos o monoproducción, a través de la generalización del modelo de agronegocios, la sobreexplotación pesquera o los monocultivos forestales (SVAMPA, 2019).

Eduardo Gudynas (2012) complementa, indicando outras atividades que também fazem parte do neoextrativismo: o cultivo da soja transgênica, o amplo uso de mecanização e de herbicidas químicos; a falta de beneficiamento das *commodities* para a exportação, também as amplas monoculturas florestais que se destinam à fabricação da pasta de celulose (GUDYNAS, 2012).

⁴ Na edição brasileira tal expressão foi traduzida por *acumulação via espoliação*.





As políticas de *despossessão* são aplicadas por meio de ações estatais e de organizações internacionais, como o Banco Mundial, o BID entre outros, que organizam as desvalorizações que permitem esta forma de acumulação, de forma dosada, para não provocar um colapso geral (HARVEY, 2004).

Segundo Raúl Zibechi (2016), se, no passado, os obstáculos para a acumulação eram provocados por outros Estados, na atualidade, *os povos* são o grande obstáculo para a acumulação por despossessão, de forma que o principal instrumento é a violência praticada por poderes estatais, paraestatais e privados que, algumas vezes, trabalham conjuntamente e compartilham os mesmos objetivos. Maristella Svampa (2019) nos alerta que

el neoextractivismo se encuentra en el centro de la acumulación contemporánea. [...] El aumento del metabolismo social del capital en el marco del capitalismo avanzado exige cada vez mas para su mantenimiento mayor cantidad de materias primas y energias, lo cual se traduce por una mayor presión sobre los bienes naturales y territorios. [...] Por otro lado, el aumento de la violencia estatal y paraestatal abre la pregunta sobre los vínculos siempre tensos entre extractivismos y derechos humanos, [...] con] creciente criminalización de las protestas socioambientales y el incremento del asesinato de activistas ambientales en todo el mundo, muy particularmente en América Latina. Em suma, el extractivismo recorre la memoria larga del continente y sus luchas, define un modo de apropiación de la naturaleza, un patrón de acumulación colonial, asociado al nacimiento del capitalismo moderno. [...] Su actualización, en el siglo XXI, trae aparejada nuevas dimensiones a diferentes niveles: globales (transición hegemónica, expansión de la frontera de *commodities*, agotamiento de los bienes naturales no renovables, crisis socioecológica de alcance planetario), regionales y nacionales (relación entre el modelo extractivo-exportador, el Estado-nación y la captación de renta extraordinaria), territoriales (ocupación intensiva del territorio, luchas ecoterritoriales con participación de diferentes actores colectivos), en fin, políticas (emergencia de una nueva gramática política contestataria, aumento de la violencia estatal y paraestatal). (SVAMPA, 2019)

Raul Zibechi (2016) é assertivo ao dizer que a violência e a militarização são partes inseparáveis do modelo neoextrativista, uma nefasta herança histórica na América Latina e Caribe, sendo que

el terrorismo de Estado que practicaron las dictaduras militares destruyó sujetos en rebeldía y pavimentó las condiciones para el aterrizaje de la minería a cielo abierto y los monocultivos transgénicos. Posteriormente, las democracias – conservadoras y/o progresistas- aprovecharon las condiciones creadas por los regímenes autoritarios para profundizar la acumulación por despojo. [...] As privatizaciones operaron apenas como la primera etapa del despojo. Indígenas, negros y mestizos, campesinos sin tierra, mujeres pobres, desocupados, trabajadores informales y niños de las periferias urbanas, están sufriendo lo que el EZLN [Ejército Zapatista de Liberación Nacional] ha definido como la Cuarta Guerra Mundial. Como en todas las guerras, se trata de conquistar territorios, destruir enemigos y





administrar los espacios conquistados subordinándolos al capital. [...] La novedad de esta nueva guerra es que los enemigos no son los ejércitos de otros estados, ni siquiera otros estados, sino la propia población. [...] Los modos más habituales son la eliminación de los pobres a través de su exclusión: confinamiento en espacios cercados de policías y guardias privados en las periferias urbanas [...] Muchas comunidades rurales cercanas a los emprendimientos extractivos, han sido aisladas y rodeadas por dispositivos militar/económicos que actúan como cercos materiales y simbólicos (ZIBECHI, 2016).

Assim, “en términos generales, tanto en los movimientos urbanos como rurales, el territorio aparece como un espacio de resistencia y también, progresivamente, como un lugar de resignificación y creación de nuevas relaciones sociales” (SVAMPA, 2019). Mas, forças poderosas resistem e contra-atacam. Conforme descreve Raúl Zibechi (2016),

el extractivismo está promoviendo una completa reestructuración de las sociedades y de los estados de América Latina. No estamos ante “reformas” sino ante cambios que ponen en cuestión algunas realidades de las sociedades, [...] apelan[do] a medidas provisionales y excepcionales que implican una ampliación de los poderes del Ejecutivo, donde se borran las fronteras entre la emergencia militar y la emergencia económica, instalando la seguridad como paradigma de gobierno y borrando las diferencias entre paz y guerra [...]. Un Estado de Policía formalmente legal, pero dedicado a generar excepciones como criterio de gobierno y mantener a raya a las “clases peligrosas”, mediante una vasta gama de intervenciones que van desde las políticas de responsabilidad social empresarial –que avalan la evasión impositiva- hasta la intervención policial/militar discrecional, dirigidas al control territorial armado. (ZIBECHI, 2016, sem grifos no original)

A insegurança nos campos e cidades da América do Sul, seus fatores de riscos e sua vinculação com o modelo econômico vigente

Neste contexto, é importante observarmos que internamente à América Latina e Caribe, nas escalas mais locais, desde os anos 1970 ocorrem uma profunda *desruralização* e *suburbanização*, como aponta Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006). O autor argumenta que “essa profunda transformação tem como pano de fundo a concentração do capital e da propriedade fundiária, por meio da revolução verde e do agronegócio, ao mesmo tempo que concentra a população em aglomerados sub-urbanos”, que formam anéis de miséria “em todas as capitais e principais cidades da região”⁵ (PORTO-GONÇALVES, 2006).

⁵ O autor reforça a existência de outros problemas nessas periferias miseráveis, já que nos “países andinos e na América Central esses sítios urbanos estão localizados, via de regra, sob condições geológicas sujeitas a abalos sísmicos e com topografias





Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) nos relembra que na América Latina e Caribe, desde os governos populistas (anos 1940-1960), os mais pobres foram se estabelecendo nos subúrbios e periferias das cidades, onde “começaram a se apropriar de espaços públicos para a construção de sub-habitações nas favelas, alagados, *vilas misérias e barrios*” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Um marcante crescimento espacial da mancha urbana, as periferias, se deu associado aos “processos de des-ruralização e sub-urbanização intensos”, em contexto de má distribuição de renda, forte especulação imobiliária, ausência de políticas públicas urbanas, especialmente políticas habitacionais. A formação das periferias se deu marcada por duas estratégias de sobrevivência operadas de modo crescente, apontadas pelo autor: “o chamado emprego informal, - muitos, na verdade, auto-emprego - que assim vem se juntar à auto-construção [...], cujos limites a própria expansão horizontal da malha sub-urbana configura”⁶ (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Nessas periferias ocorrem “territorialidades com forte potencial emancipatório que emanam dessas contraditórias e injustas cidades latino-americanas e caribenhas e que se expressam a partir do componente étnico-racial de nossa formação social” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Essas considerações acima esboçadas são fundamentais no entendimento da pobreza urbana latino-americana e caribenha. Essas territorialidades, muitas vezes marcadas por resistências, são constituídas por um importante ator, os movimentos populares do campo e da cidade. Como argumenta Maristella Svampa (2019):

en términos generales, tanto en los movimientos urbanos como rurales, el territorio aparece como un espacio de resistencia y también, progresivamente, como un lugar de resignificación y creación de nuevas relaciones sociales. Desde la perspectiva de los movimientos sociales, la territorialidad como dimensión material ha sido comprendida muchas veces exclusivamente como autoorganización comunitaria, tanto de los movimientos campesino-indígenas como de los movimientos sociales urbanos, asociados a la lucha por la tierra y los reclamos en torno a las necesidades básicas. Sin embargo, hacia el año 2000, la disputa por el territorio tuvo otras inflexiones, a partir de las nuevas modalidades que adoptó la lógica del capital en los espacios considerados estratégicos en términos de bienes naturales. En este sentido, los megaproyectos extractivos, tales como la minería metalífera a gran escala, el avance de la frontera hidro carburífera, de los agronegocios, incluso el urbanismo neoliberal, entre otros, pueden pensarse como un ejemplo paradigmático en el cual se va generando una “tensión de territorialidades”. (SVAMPA, 2019).

acidentadas que estão, ainda, sujeitas a temporadas de furacões e chuvas torrenciais, o que torna as populações desses aglomerados sub-urbanos mais sujeitas às intempéries do que quando estavam nas zonas rurais” (PORTO-GONÇALVES, 2006), indicando problemas advindos de eventos extremos e de mudanças climáticas.

⁶ Para maiores detalhes sobre a urbanização latino-americana, ver: COBOS, 2014; COBOS, 2018 e o elucidativo artigo de Teresa Romero (2020) em: <https://elordenmundial.com/favelas-cinturones-miseria-america-latina/>.





Se, por um lado, há movimentos de resistência no campo e na cidade latino-americana e caribenha, por outro lado, crescem a *criminalização* e *militarização* de grupos sociais em muitos territórios da região, trazendo à luz o debate sobre *Segurança*.

Como explica Klaus Bodemer (2014), na América Latina e Caribe a agenda de Segurança se alterou sensivelmente desde o final dos governos militares, nas últimas décadas do século XX. Se, no período dos governos militares, a espinha dorsal da agenda de Segurança e Defesa era a Doutrina de Segurança Nacional, delineada pelos regimes ditatoriais com a colaboração dos órgãos de segurança dos EUA, com ênfase na luta contra a chamada “subversão interna”, o subcontinente complexificou seu sistema de segurança e defesa, com a incorporação de novos temas e algumas medidas de cooperação entre países, especialmente os do Cone Sul, passando-se a valorizar a confiança mútua, com vistas a prevenir futuros conflitos, além de um reordenamento das relações civis-militares. (BODAMER, 2014)

Contudo, o panorama de segurança na América Latina e Caribe tem se apresentado de forma contraditória, pois, apesar da restauração da democracia, de algumas experiências de cooperação regional e de subordinação das Forças Armadas ao poder civil, há um forte aumento da violência, da insegurança pública, especialmente nas grandes aglomerações urbanas, e uma *militarização*, tanto no discurso político como da política internacional. (BODEMER, 2014)

Klaus Bodemer (2014) considera que a insegurança dos latino-americanos e caribenhos provém especialmente das preocupações na vida cotidiana. Assim, assassinatos, crimes violentos, forte participação de jovens em delitos, relação entre delinquência e crime organizado, violência doméstica, crimes não solucionados, sistema carcerário colapsado, entre outros problemas, resultam em um cenário de violência endêmica, de forma que crescentemente os assuntos relativos à segurança pública se *politizam*, afetando a governabilidade. (BODEMER, 2014)

Um foco importante neste debate refere-se aos fatores de riscos. Klaus Bodemer (2014) nos relembra que o contexto socioeconômico afeta a violência e a criminalidade, pois a pobreza, a informalidade e a exclusão social resultam em falta de oportunidades que, por sua vez, afetam o *desenvolvimento* e estimulam experimentos autoritários e populistas que ameaçam a democracia (BODEMER, 2014).

Em sua conclusão, Klaus Bodemer (2014) considera que os governos latino-americanos e caribenhos carecem de uma estratégia integrada e de meios necessários para deter a escalada de violência, respondendo com medidas que têm sido ineficazes, como o endurecimento da legislação penal e o aumento das forças de segurança, com as Forças Armadas sendo convocadas para combater a delinquência, em um claro desvio de funções⁷. (BODAMER, 2014)

⁷ Para uma abordagem geográfica sobre (in)segurança e risco, sugerimos HAESBAERT, 2014, especialmente os capítulos 06 e 07.





Transformações políticas na América do Sul: fragmentação das iniciativas de integração regional, a democracia sob questionamento e crescente irrelevância no cenário internacional

Sob o ângulo do campo político, na América Latina e Caribe tem havido mudança de orientação, com a eleição de alguns presidentes de partidos liberais, conservadores e autoritários nos últimos anos. Porém, com a pandemia de Covid 19 o cenário piorou ainda mais e não tem havido respostas que satisfaçam a população. Como explica Miriam Saraiva (2020), há um crescente descontentamento da população com a democracia e “el reemplazo de los partidos progresistas en los gobiernos nacionales no aportó una nueva ola de estabilidad política, sino todo lo contrario” (SARAIVA, 2020).

Com uma conjuntura econômica difícil, acirrada pela pandemia de Covid-19, tem havido diversas manifestações de rua e movimentos de protestos contra os governos em muitos países da região, e sem respostas efetivas, esse descontentamento tende a piorar com a evolução da pandemia (SARAIVA, 2020). A autora assevera que

el retorno de las Fuerzas Armadas como actor político en diversos países, las crisis, los movimientos de protesta y las elecciones marcadas por algún tipo de irregularidad están suscitando en las sociedades serias dudas sobre el régimen democrático, consolidado en la región en las últimas décadas. Esos problemas coexisten con una falta de consenso entre los líderes políticos sobre lo que, más allá del minimalismo electoral, debe caracterizar un régimen democrático pluralista y representativo (SARAIVA, 2020).

14

Também bastante preocupante, na interpretação da autora acima mencionada (SARAIVA, 2020), é a *perda de relevância* da América Latina e Caribe no cenário internacional. Na sua visão,

la actuación y el peso de América Latina en la política internacional se debilita, tanto por las crisis vividas como por la falta de cohesión y por la regresión de la gobernanza regional. Las organizaciones regionales o fueron abandonadas (como la Unasur) o no tienen más relevancia. Otras instituciones y procedimientos consolidados están quedándose en el olvido y son reemplazados por el individualismo de diversos actores de la región. Ello tiene altos costos. (SARAIVA, 2020)

É importante lembrar que o cenário geopolítico mundial obviamente influencia o contexto regional latino-americano e caribenho e tem havido uma crescente competição entre os EUA e a China, com maior probabilidade de a China aumentar sua influência regional. O aumento de competição entre essas duas potências no contexto da atual crise econômica, pandêmica e política afeta os principais países da região, sendo que esses não têm mostrado capacidade de articulação de respostas conjuntas aos grandes desafios do presente. Assim, “en términos globales los debilita y reduce sus márgenes individuales de maniobra.





Además, con las crisis de los regímenes democráticos ¿qué líder político extrarregional tendrá incentivos para establecer asociaciones o acuerdos de largo plazo con los gobiernos locales?” (SARAIVA, 2020) Como bem questionam Esteban Actis e Bernabé Malacalza (2020),

la era de la entropía en la que están ahora inmersos los Estados-nación es una versión pesimista, en términos normativos y filosóficos, de la famosa teoría de la “interdependencia compleja”. El crecimiento exponencial de los canales de contacto transnacionales no es fuente exclusiva de beneficios, sino que también multiplica las incertidumbres y transversaliza los riesgos globales. Los más importantes en términos de impacto son ambientales: calentamiento global, fallas en la acción climática, desastres naturales, pérdida de biodiversidad, desastres ambientales provocados por los seres humanos y crisis del agua. A estos se suman los geoeconómicos, geopolíticos, socioespaciales y geotecnológicos: fraude o robo de datos, ciberataques, fallas de la gobernanza global, crisis alimentarias, fallas de planeamiento urbano, armas de destrucción masiva, migración forzada, flujos financieros ilícitos, crisis financieras y pandemias. Antes, se suponía que la noción de riesgo era un intento de regular el futuro; hoy, los desafíos son del presente y del corto plazo, lo que acorta los tiempos para la cooperación internacional y el diseño de políticas públicas destinadas a mitigarlos (ACTIS; MALACALZA, 2021).

15

O cenário da integração regional se apresenta politicamente fragmentado. As mais importantes iniciativas e organizações de integração da região atravessam situações de irrelevância, estancamento ou desmantelamento (ACTIS; MALACALZA, 2021). Os dados são reveladores, pois há um “pronunciado declive de la participación de América Latina en las cadenas globales de valor. De una participación en el total de exportaciones mundiales de 12% en 1955, la región pasó a 6% en 2016, para llegar a su peor performance de 4,7% en 2018”⁸ (ACTIS; MALACALZA, 2021). Em um diagnóstico e prognóstico pessimista, os autores defendem que

si se consolida la tendencia que muestra la región a la dependencia tecnológica, la adquisición de proyectos de transferencia de tecnología “llave en mano” y la falta de inversión en infraestructura y desarrollo científico para la producción y la difusión de tecnologías disruptivas, se estará ya no en una situación de periferia sino de marginalidade [...]. Para abordar la situación geopolítica regional, hay que subrayar un cambio de rango y ritmo en la política de los Estados-nación. La región pasó de un

⁸ Complementando a informação: “El menor volumen del mercado regional y la escasa participación en cadenas de valor regionales se explican por el perfil de especialización productiva y de los socios comerciales predominantes de los países de la región. La especialización se centra en ‘cadenas cortas’ (de pocos países) y de baja complejidad económica, con escaso o nulo valor agregado, como las agroindustriales, en las que el grueso de las exportaciones son bienes finales o intermedios que suelen ser consumidos en el país de destino, lo que disminuye la participación regional ‘aguas abajo’ o en futuras exportaciones de los países que compran a la región” (ACTIS; MALACALZA, 2021), uma das consequências do modelo neoextrativista.





sistema predecible, relativamente constante, con ciertos principios de concertación interestatal y de resolución autónoma y pacífica de conflictos hacia uno inherentemente desconocido, errático, fragmentado y desprovisto de regularidad de comportamientos. Ni escenarios de equilibrio de poder ni de hegemonía regional son ya esperables. Quizás resulte más adecuado referirse a la noción de “vacíos regionales” que son ocupados por potencias extrarregionales y/o empresas transnacionales y actores no estatales, según las capas y tejidos de la geopolítica que estén en tensión (ACTIS; MALACALZA, 2021).

Dado ao exposto acima, o declínio da América Latina e Caribe no cenário internacional é cada vez mais evidente e o grau de desintegração regional é muito alto, sendo apropriada a metáfora de Esteban Actis e Bernabé Malacalza (2020) que vivemos em “un mundo de arenas movedizas”.

Transformações políticas na América do Sul: fragmentação das iniciativas de integração regional, a democracia sob questionamento e crescente irrelevância no cenário internacional

16

Há alguns questionamentos que orientam e ultrapassam este trabalho. O primeiro deles é qual a relevância da América Latina e Caribe no mundo, questão que parecia ter perdido o sentido quando a região vivenciou sua “era de ouro” com o superciclo das *commodities*. A América Latina e Caribe estão condenados à irrelevância? Se manterão como provedores de recursos naturais para o mundo, com seus territórios a serviço de um capitalismo predatório, de uma acumulação por espoliação? Qual o nosso lugar no mundo? A região permanecerá com uma sociedade em grande parte invisibilizada, que transita entre a apatia e a convulsão social? As lutas sociais que vêm sendo travadas nas últimas décadas, visando o atendimento de necessidades básicas e o reconhecimento de seus territórios, tanto no campo quanto na cidade, trazem em seu bojo propostas e práticas transformadoras? Com vários diagnósticos ruins sobre a situação socioeconômica da região, especialmente com a pandemia de Covid-19, além de um histórico de violência e desigualdade, há alternativas? Do desespero pode surgir a esperança? Esperamos que sim e que nossa modesta reflexão auxilie na construção de horizontes possíveis.





REFERÊNCIAS

ACTIS, Esteban; MALACALZA, Bernabé. Las políticas exteriores de América Latina en tiempos de autonomía líquida. *Revista Nueva Sociedad*, n.291, enero-febrero de 2021, Disponível em: www.nuso.org

BODEMER, Klaus. Violencia, inseguridad urbana y estrategias para combatirlas In: QUENAN, Carlos; VELUT, Sébastien (Direct.) *Desafíos del Desarrollo en América Latina: Dinámicas socioeconómicas y políticas públicas*. Institut des Amériques/AFD, 2014.

CEPAL. La paradoja de la recuperación em América Latina y el Caribe: Crecimiento com persistentes problemas estructurales: desigualdade,pobreza,poca inversión y baja productividad. *Inform Especial Covid-19*, n. 11, 2021

----- *Estudo econômico da América Latina e Caribe: Principais condicionantes das políticas fiscal e monetária na era pós pandemia de Covid-19, 2020.*

----- *Planificación para el desarrollo territorial sostenible en América Latina y el Caribe (2019)*

----- *Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe, (2018).*

COBOS, Emilio Pradilla. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. *Cadernos Metrópoles*, São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 37-60, jun 2014 (<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3102>); COBOS, Emilio Pradilla. Cambios neoliberales, contradicciones y futuro incierto de las metrópolis latinoamericanas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 20, n. 43, Dec. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cm/v20n43/2236-9996-cm-20-43-0649.pdf>

CRUZ, José Manuel García de la; DÍEZ, Ángeles Sánchez. Aprender de la crisis, por una Iberoamérica más inclusiva y sostenible. In: PINZÓN, Erika Rodríguez (org.). *Informe Iberoamérica 2021: El sistema iberoamericano y el multilateralismo: una perspectiva de progreso*. Madrid: Fundación Alternativas, 2021

FMI (Fundo Monetário Internacional). *Perspectivas de la economía mundial: Manejar recuperaciones divergentes*, 2021.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, Philippe & NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Garamond & IRD, Rio de Janeiro, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no Limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.





SARAIVA, Miriam Gomes. América Latina y su inserción en el sistema internacional. In: GRABENDORFF, Wolf; SERBIN, Andrés (Editores). *Los actores globales y el (re) descubrimiento de América Latina*. Buenos Aires: Icaria Editorial e Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2020.

SERBIN, Andrés. América Latina y el Caribe frente a un nuevo orden mundial: crisis de la globalización, reconfiguración global del poder y respuestas regionales. In: SERBIN, Andrés (ed.). *América Latina y el Caribe frente a un nuevo orden mundial: crisis de la globalización, reconfiguración global del poder y respuestas regionales*, CRIES, 2018.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências*. Colección Callas Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales, 2019

ZIBECHI, Raúl. El estado de excepción como paradigma político del extractivismo. In: *Movimiento Mesoamericano contra el modelo extractivo minero*. 23/08/2016. Disponible em: www.movimientom4.org

